



REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

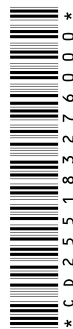
Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar explicações sobre as ações desenvolvidas, para evitar os crimes anunciados por movimentos sociais no Abril Vermelho.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para prestar explicações sobre as ações desenvolvidas, para evitar os crimes anunciados por movimentos sociais no Abril Vermelho.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento visa convocar o Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para que venha a esta Casa prestar explicações urgentes sobre a





omissão do governo federal diante dos crimes abertamente anunciados por movimentos sociais no chamado "*Abril Vermelho*".

Sob o pretexto de pressionar o governo por avanços na pauta da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem instaurado, ano após ano, verdadeira campanha de terror no campo. Trata-se de movimento organizado, com métodos criminosos e explícita hostilidade à Constituição Federal, que despreza o direito de propriedade, atenta contra a paz social e coloca em risco a segurança de produtores, trabalhadores e da população em geral.

Neste ano, o MST ampliou sua escalada de violência. No Espírito Santo, militantes invadiram área produtiva da empresa Suzano em Aracruz, numa ação coordenada que envolveu cerca de mil mulheres trazidas de quatro Estados distintos, paralisando a produção e acirrando conflitos locais. No Ceará, mais de 200 famílias ocuparam terras da União em Limoeiro do Norte, ameaçando um dos principais polos agrícolas da região. Na Bahia, 300 famílias tomaram propriedades privadas na Chapada Diamantina e, no extremo sul do Estado, 600 militantes interditaram a BR-101, impondo caos logístico e pânico à população.

A ofensiva do MST se espalha para além do campo. Em Alagoas, invadiram a sede do INCRA em Maceió, comprometendo o funcionamento de um órgão público. Em São Paulo e no Mato Grosso, militantes ocuparam prédios das Assembleias Legislativas, tentando, pela força, impor uma agenda política radical e autoritária.

O mais grave, no entanto, é a postura cúmplice e conivente do governo federal. Em vez de repudiar tais práticas antidemocráticas, o presidente Lula recebe lideranças do MST no Palácio do Planalto, conferindo legitimidade institucional a quem





afronta a Constituição. A ministra Gleisi Hoffmann, das Relações Institucionais, igualmente se reuniu com invasores, abandonando o papel de articuladora política para agir como porta-voz de um movimento fora da lei.

A cada fazenda invadida, estrada bloqueada ou prédio público tomado, não é apenas o direito de propriedade que está sendo violado: é o próprio Estado de Direito que está sendo dilacerado diante da apatia — ou pior, da cumplicidade — do governo federal.

Reafirmamos: a reforma agrária pode e deve ser debatida. Mas esse debate deve ocorrer dentro dos marcos legais e democráticos. Não há justiça social que nasça da desordem. Não se constrói um país justo com base na coação, na violência e no desrespeito às instituições.

Diante desse cenário alarmante, é dever do Poder Legislativo exigir esclarecimentos. Este requerimento visa, portanto, convocar o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar para explicar, com transparência e responsabilidade, quais medidas — se é que alguma foi tomada — estão sendo adotadas para conter essa onda de invasões.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

